



***A Lã e a Neve*, de Ferreira de Castro: a História escreve-se no presente**

Ricardo António Alves

Centro de Estudos Ferreira de Castro e Museu Ferreira de Castro

Resumo

Sétimo romance de Ferreira de Castro, publicado em Lisboa pela Guimarães Editores, em Abril de 1947 (já o autor a caminho de completar 49 anos), e, indubitavelmente, um dos seus grandes livros, *A Lã e a Neve* – cuja acção se situa, não por acaso, na Covilhã e na Serra da Estrela, durante o período da II Guerra Mundial –, corresponde ao desígnio que, desde a década anterior, o autor de *Eternidade* se atribuíra enquanto cronista do seu tempo.

Palavras-chave: *A Lã e a Neve*, anarco-sindicalismo, anarquismo, Censura, Covilhã, Estado Novo, História, personagens, romance social.

Abstract

Set in Covilhã and Serra da Estrela during World War II, Ferreira de Castro's seventh novel, *A Lã e a Neve*, one of his greatest books, published in Lisbon by Guimarães Editores in April, 1947 when the author was almost 49 years old, shows the author's endeavor in becoming a chronicler of his own time.

Keywords: *A Lã e a Neve*, anarcho-syndicalism, anarchism, censorship, Covilhã, Estado Novo, History, characters, social novel.

1. O romance depois de *O Intervalo*, a literatura de viagens e *A Tempestade*

Nas décadas de 1930 e 1940, a arte portuguesa, em especial a Literatura, conheceu um forte embate ideológico cujas posições extremadas podem grosseiramente ser bipolarizadas pelos partidários da *arte pela arte*, por um lado, e os da *arte útil*, por outro, num velho enfrentamento que vinha já do século XIX, tomando, com a ascensão dos fascismos, do triunfo do comunismo soviético e da eclosão da Guerra Civil de Espanha e da II Guerra Mundial, enorme acuidade entre os criadores.

De um lado, os que defendiam que a arte valia por si só, não devendo servir nenhuma causa, sob o perigo de se vender e/ou falsear; do outro, aqueles que não concebiam que a arte pudesse estar ausente das preocupações, das angústias e do destino dos homens. Foi uma contenda longa e, por vezes, entrincheirada, que, por esses anos, tinha vários protagonistas de primeiro plano.

O melhor exemplo de uma das barricadas será o de Álvaro Cunhal, um jovem político do PCP em ascensão, também ele artista plástico, ensaísta e futuro ficcionista (Manuel Tiago), que ao longo da sua longa vida pública nunca descurou a reflexão sobre as questões artísticas. Numa polémica célebre com José Régio, nas páginas da *Seara Nova* (1936), a propósito de um escrito do poeta aí publicado, tomaria de empréstimo, para melhor ilustrar (e simultaneamente caricaturar) a sua rejeição, o dístico de um poema d'*As Encruzilhadas de Deus* (1936), que daria o selo a esse diferendo fundamental na história cultural portuguesa novecentista: «Vergo a cabeça sobre o peito / Concentro os olhos sobre o umbigo». Defendia, assim, Cunhal, rejeitando asserções regianas, que a arte deveria estar ao serviço dos valores ascendentes de libertação humana:

«Eu tenho José Régio como um dos mais poderosos e capazes poetas portugueses contemporâneos – quanto ao potencial e capacidade de expressão. Tenho *As Encruzilhadas de Deus* como uma das mais vibrantes obras poéticas portuguesas contemporâneas. Mas tenho também José Régio, a sua poesia, o conteúdo da sua poesia, como uma expressão dolorosa da fuga, do cansaço, da renúncia, daqueles que não têm força e sensibilidade para permanecer corajosamente onde se digladiam as multidões. A poesia de José Régio exalta uma posição (e até uma atitude) condenável, fracassada e decadente. Por isso deve ser combatida. Por isso entendo que, embora apreciada sob o ponto de vista “puramente literário”, deve ser preterida.»¹

A posição de Cunhal, embora alicerçada numa espécie de imperativo ético, seria perigosa e foi nefasta onde se aplicou, *vide* o jdanovismo soviético.

Do lado oposto, talvez a mais extrema posição seja expendida por João Gaspar Simões, co-director da prestigiada revista *presença* – autor de um *Discurso Sobre a Inutilidade da Arte* (1934) –, para quem o que deveria importar ao criador seria, não a realidade exterior, mas o mundo que o artista tem em si: «Efectivamente, a única verdadeira realidade é a interior.»²

Apanhemos, então, a boleia de Régio para chegarmos a Ferreira de Castro. O romancista de *Jogo da Cebra Cega*, com a pertinácia e o sentido crítico agudo que eram seu apanágio, não sancionava sectarismos, de ambos os lados. Na magistral réplica a Álvaro Cunhal, com simpatia, mas assertividade, com ironia e até

¹ Álvaro Cunhal, «Numa encruzilhada dos homens», *Seara Nova* #615, Lisboa, 27 de Maio de 1939, *apud Boletim* # 4-5, Vila do Conde, Centro de Estudos Regianos, 1999, pp. 102-104.

² João Gaspar Simões, «A arte e a realidade», *Novos Temas*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1938, p. 296.

algum paternalismo, Régio defende a liberdade do artista como valor essencial, não podendo haver, coerentemente, qualquer caminho susceptível de ser-lhe desaconselhado, e muito menos proibido:

«[...] compreendo muito bem que um António Nobre escreva o Só, um Antero, os Sonetos, um Baudelaire, As Flores do Mal, um Wilde as Intenções, etc., etc., etc., como compreendo que um Zola, um Barbusse, um Gorki, um Jorge Amado, ou um Ferreira de Castro produzam as suas obras. Vou mais longe: Penso que tão necessários são uns como outros ao verdadeiro progresso da humanidade. Satisfaz-me a riqueza, a amplidão, a complexidade, a variedade do espírito humano.»³

Nesse período em que Ferreira de Castro escrevia um romance condenado a edição póstuma, cuja acção decorria durante a Revolta da Andaluzia – *O Intervalo* –, Régio menciona-o, no exemplo do seu conceito largo e livre.

Muitos textos de Ferreira de Castro sobre arte contemporânea e o papel desta – datados principalmente da década de 1920, a maioria dos quais publicados no suplemento cultural de *A Batalha* – desenvolviam claramente a ideia de que a arte era um veículo poderoso para o derrube da ordem estabelecida, como sucedeu numa conferência proferida em Fevereiro de 1926, na Associação dos Empregados de Escritório, sob o título «A arte moderna ante a sociedade actual»:

«Uma arte que vai em direcção ao Amanhã. Rompendo com o espírito do Passado, com a tradição, com tudo aquilo que sustenta ainda os pilares da sociedade actual. Caminhando para o espírito novo, para o espírito futuro, essa arte auxilia indirectamente, mas auxilia de facto, a formação duma nova sociedade.»⁴

A posição de Ferreira de Castro, com uma boa dose de intolerância para o que apelidava de «literatura branca»⁵, apesar de manter-se fiel ao longo das décadas a esse desígnio emancipador, perfilhava contudo uma posição intermédia, exposta com uma grande argúcia, já num período de balanço. Dando primazia à arte como valor – e aqui aproximava-se dos *presencistas* – considerava, não que aquela devesse servir uma causa, mas pelo contrário, que a mesma arte seria melhor servida se ela própria fosse veículo das mais nobres aspirações e abrisse caminhos aos homens, caminhos que progressivamente os afastasse da escuridão do instinto animal, dominação, posse, territorialidade – da luta feroz pela sobrevivência. É o que se verifica num texto escrito em 1972, contextualizando o malogro do projecto literário que acalentara na década de 1930:

«"O Intervalo" tratava duma Espanha rebelde, que precisamente nessa altura dividia em pró e contra não só os espanhóis, mas também os seus vizinhos portugueses e franceses e ainda muitos outros povos. Que esse seu estádio, então e hoje ainda um Estádio do Mundo inteiro, seduzisse um escritor a incorporá-lo na Literatura, que por natureza é reflexão e sentimento das várias [fases humanas], sempre me parecera um trabalho para servir a Arte e expor ao Homem mais uma parcela do seu próprio espírito. [...]»⁶

³ José Régio, «Defino posições», *Seara Nova* #619, Lisboa, 24 de Junho de 1939, *apud Boletim* # 4-5, Vila do Conde, Centro de Estudos Regianos, 1999, pp. 102-104.

⁴ Ferreira de Castro, «A arte moderna ante a sociedade actual», transcrição in *A Batalha – Suplemento Semanal Ilustrado*, n.º 118, Lisboa, 1 de Março de 1926, p. 6.

⁵ Ferreira de Castro, «Os perigos da literatura branca», *A Batalha – Suplemento Semanal Ilustrado*, Lisboa, 10 de Maio de 1926, p. 5.

⁶ Ferreira de Castro, «Origem de "O Intervalo"», *Os Fragmentos*, Lisboa, Guimarães & C.^a [1974]², p. 76.

Em Ferreira de Castro, o ser humano tem uma característica intrínseca e um desígnio fundamental: o da dignidade individual, sem a qual, de resto, não poderá haver dignidade comunitária ou colectiva. Existe, assim, da sua parte, um escopo ético que desde a década de 1920 manteve, e de que não está ausente uma visão idealista e romântica: o de atribuir-se uma *missão*, enquanto autor, como lemos em *A Epopeia do Trabalho*: «[...] o escritor é assim como um grande farol erguido na costa do mundo, a indicar às naus do Homem a nova rota a seguir.»⁷

Depois do insucesso na concretização do projecto da «Biografia do Século XX», de que *O Intervalo*, terminado em 1936 e só publicado em 1974, seria o único *fragmento* a salvar-se; da censura à peça *Sim, Uma Dívida Basta*; da escrita de sobrevivência que significaram os livros de viagens; depois do romance *A Tempestade* (1940) – uma obra que lhe foi insatisfatória –, será com *A Lã e a Neve*, elaborado entre 1945 e 1947, que Ferreira de Castro, conseguirá um livro que melhor se enquadrará nas suas aspirações enquanto autor.

Espanta – apesar do período um pouco menos constrangido para as liberdades cívicas após a II Guerra Mundial, que por cá permitirá um notável movimento unitário da Oposição como foi o MUD (Movimento de Unidade Democrática), cuja Comissão de Escritores, Jornalistas e Artistas Ferreira de Castro integrará⁸ – espanta que um romance tão subversivo e cru na denúncia da situação paupérrima duma parte da população do país, bem como da exposição da repressão que o próprio Estado Novo imprimia a quem o contestava, não ter sido apreendido e o seu autor preso ou sequer, que se saiba, incomodado, facto que diz muito do lugar que o escritor ocupava na sociedade portuguesa e do seu prestígio internacional.

Das condições de vida precaríssimas do povo, à descrição da grande greve de 1941 (com repetição em '46, no ano anterior à edição do romance...), com o seu cortejo de prisões, passando pela crítica da doutrina da colaboração das classes apregoadas pelo governo do regime, contrapondo o elogio, embora moderado, da maior liberdade existente na República (“moderado” porque a prática política da I República suscitou reservas a Ferreira de Castro como à generalidade dos anarquistas⁹) –, até ao relato jubiloso da queda de Mussolini, da morte de Hitler e do triunfo dos Aliados – tudo isso aparece claramente exposto. Só lá falta um nome, que, certamente não figurando de forma abonatória, aí sim, seria duvidoso que o livro pudesse fazer o seu caminho: esse nome é o de Salazar, de cujo regime *A Lã e a Neve* constitui um libelo acusatório e um desafio.

A Lã e a Neve cumprirá, assim, a exigência do autor quanto ao modo como este entendia o seu mister: a Literatura deveria ser o espelho da sua época, um documento do seu tempo, como, mais tarde, escreverá em «Origem de “O Intervalo”»:

«[...] ante a certeza de que a história da nossa época, que um dia se fará sob o pó dos tempos e de esmorecidos papéis, não terá – como já escrevemos algures – o valor da vida viva, de víscera palpitante, que teria a crónica feita agora, sobre a terra que ainda cheira a molhado – e molhada, tantas vezes, com o sangue de tantos de nós. Escrita no próprio campo da batalha imensa, a respirar o mesmo ar que respiraram os seus protagonistas, essa obra poderia oferecer verídico testemunho à análise dos vindouros. Os nossos erros e os nossos acertos, as nossas lutas e essas torrentes de paixão que arrastam os homens actuais, constituiriam, sem

⁷ Ferreira de Castro, *A Epopeia do Trabalho*, Lisboa, Livraria Renascença, 1926, p. 72.

⁸ Ver Ricardo António Alves, «Ferreira de Castro: um escritor no país do medo», Taira #9 CRELIT, Grenoble, 1997, pp. 65-74.

⁹ São bem eloquentes a esse respeito muitos dos textos de Ferreira de Castro em *A Batalha*, contemporâneos dos últimos anos da República, ou «A origem de “O Intervalo”», de 1972, incluído em *Os Fragmentos*.

dúvida, apreciável material para o estudo e compreensão do mais agitado e intenso período que a Humanidade viveu até hoje. E se a história necessita de perspectiva temporal, de distância entre os factos e os seus julgamentos, o documento, pelo contrário, precisa de ser coevo dos actos que atesta.»¹⁰

Por isso, logo que as circunstâncias lho permitiram, denunciou essa castração que para si e para todos os criadores significou a Censura, na célebre entrevista ao *Diário de Lisboa* (1945)¹¹ e na extraordinária «Mensagem» lida no comício do MUD, em 30 de Novembro de 1946¹², em que, argutamente, expõe os malefícios da coacção do pensamento – para quem escreve, para quem lê, para a comunidade em geral e para os próprios autocratas, cuja realidade a que acedem não pode deixar de ser falseada e suavizada pela referida Censura.

2. A Covilhã e a Serra da Estrela

Porquê a Covilhã?

Uma consequência do cosmopolitismo e do nomadismo de Ferreira de Castro será uma espécie de desenraizamento que notamos no conjunto da sua ficção. Na verdade, Ossela, a aldeia nativa, e a região circundante, só serão tratadas ficcionalmente na primeira parte de *Emigrantes*, tal como Sintra, vila que adoptou, apenas terá algum relevo numa analepse de *Eternidade*.

Por outro lado, a Serra da Estrela surgia como o cenário perfeito para o enredo de *A Lã e a Neve*, que é também um romance de formação: Horácio é uma personagem evolutiva, por isso, a mudança essencial que nele se opera, de pastor para operário têxtil, tem perfeito cabimento no meio que foi escolhido.

Mas há ainda, quanto a mim, outro aspecto que terá tido influência não despreciable para a escolha da *Manchester Portuguesa* (como se chamava à Covilhã¹³). *A Lã e a Neve* é também um romance proletário, e a cidade detinha uma notória tradição de luta operária, à qual o romancista não foi alheio nem insensível.

Desde tempos longínquos que a lã é trabalhada na região: Gil Vicente refere-se na *Tragicomédia Pastoril da Serra da Estrela* (1527) aos «muitos panos finos que se faz[ia]m» na Covilhã.¹⁴ No campo social, temos notícia das primeiras conturbações laborais em 1846, com desacatos e insurgência relativamente à introdução do tear mecânico, num característico movimento de destruição de maquinaria, reacções que, em vários azimutes, acompanharam as inovações tecnológicas da industrialização, fazendo perigar os postos de trabalho.¹⁵ A actividade industrial era extraordinária nesta *cidade-fábrica*, como lhe chamou o geógrafo Carlos Alberto Marques (1896-1965). Em finais do século XIX, a Covilhã tinha o maior índice de crescimento de população urbana de todas as cidades¹⁶, sendo o sector têxtil o que maior número de operários empregava em toda a indústria portuguesa.¹⁷

¹⁰ Ferreira de Castro, «Origem de “O Intervalo”», Os Fragmentos, Lisboa, Guimarães & C.^a Editores [19742], p. 61.

¹¹ «O mal não está apenas no que a Censura proíbe, mas também no receio do que ela pode proibir» – diz-nos o escritor Ferreira de Castro, *Diário de Lisboa*, 17 de Novembro de 1945, pp. 1 e 6.

¹² Ferreira de Castro, «Mensagem», in *A Sessão de 30 de Novembro de 1946 do Movimento de Unidade Democrática*, Lisboa, edição da Comissão Central do M.U.D., 1946, pp. 32-38.

¹³ Carlos Alberto Marques, *A Serra da Estrela – Estudo Geográfico*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1996², p. 97.

¹⁴ *Ibidem*, p. 74.

¹⁵ Ver Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal – 1820-1975*, vol. I, Lisboa, Assírio & Alvim, 1978, p. 33.

¹⁶ *Ibidem*, p. 73.

¹⁷ *Ibidem*, p. 159.

Ora, comunidade operária significa comunidade com reivindicações laborais, com sindicatos. No primeiro quartel do século passado, correspondendo ao final da monarquia e à I República, a grande força social era o anarco-sindicalismo, com grande influência nos sindicatos da indústria têxtil.¹⁸ O auge do movimento grevista na Covilhã e noutros locais da Serra da Estrela – crescente durante o período da II Guerra Mundial, e motivado pelo aumento do custo de vida, a desvalorização dos salários e carência dos bens alimentares, em consequência do racionamento – atinge o paroxismo em 1946, com cerca de dez mil operários em greve, ocupação militar da cidade, vagas de prisões. Muito significativamente, o próprio sindicato da indústria têxtil (à extinção da central sindical anarco-sindicalista, CGT, o Estado Novo contrapôs a criação dos chamados sindicatos nacionais, sob o seu controlo) – o próprio sindicato tem participação na greve, sendo fechado compulsivamente.¹⁹

Em face destes conflitos sociais momentosos durante a governação de Salazar, não custa perceber a razão porque Ferreira de Castro, querendo descrever a luta do proletariado, tenha escolhido a Covilhã para centro de acção do seu romance – não esquecendo uma particularidade, que considero muitíssimo significativa: Ferreira de Castro fora um sindicalista, presidira ao Sindicatos dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, filiado na CGT, e exercia essas funções quando se deu o golpe do 28 de Maio, na sequência do qual o sindicato será compulsivamente encerrado, após protesto contra a instauração da censura à imprensa.

3. O livro

O título do romance, *A Lã e a Neve*, é pura poesia, aparentemente pastoril – e um dos grandes títulos do romance português –; é igualmente metonímia dum nada bucólico estado de necessidade do povo que vivia ao redor da Estrela. A *lã* é também o trabalho duro; e *neve*, o frio, as precárias condições de vida das pessoas; *lã*, como o suor; *neve*, como o sangue e as lágrimas. A narrativa, por seu lado, mostra a admirável mestria do seu autor: as cenas fluem ao longo do romance com a maior harmonia, por mais tensas e dramáticas que sejam, sem que o leitor veja *as costuras* da trama, revelando o extraordinário domínio da arte de contar uma história.

O livro compõe-se de um «Pórtico» e três partes. O «Pórtico», de quatro páginas, é um bosquejo magistral de história social e económica (e também mental) do percurso do trabalho da lã na Serra da Estrela ao longo dos tempos: do surgimento dos «primeiros teares», abastecidos pelos «rebanhos dos Hermínios», às fábricas da Covilhã, com milhares de operários, cuja vida oscilava à medida da flutuação dos preços da matéria-prima nas praças internacionais. A primeira parte intitula-se «Os rebanhos», fundamentalmente passado na actividade pastorícia, uma vez que Horácio, ao contrário da sua vontade, não consegue libertar-se de imediato dessa actividade, pela dívida contraída pelos pais junto do patrão, por razões de saúde – dívida que seria amortizada com descontos na fêria daquele. A segunda, intitulada «Lã e Neve», fala-nos do trabalho dos operários nas fábricas da Covilhã, e das muitas dificuldades das famílias, e evolui pela difícil gestão do afastamento entre Horácio e Idalina. A terceira, «A casa», gira em torno do casebre que, depois do matrimónio, o casal arrenda, longe das aspirações de Horácio quando almejava o sonho quase impossível de uma habitação decente para ele, a mulher e os filhos que viessem.

¹⁸ *Ibidem*, p. 154.

¹⁹ *Ibidem*, vol. II, 1979, pp. 66, 70 e 87.

O gatilho do enredo de *A Lã e a Neve* conta-se em poucas frases: Horácio, um pastor de Manteigas, após regressar da tropa na região de Lisboa – circunstância que lhe permitiu tomar contacto com uma realidade social muito diferente –, volta decidido a mudar de vida, largando uma actividade em que o único horizonte era a mediocridade de uma vida pobre. Sucede que Horácio era noivo de Idalina, cujo casamento, após o fim do serviço militar, fora ajustado entre ambos. Mudar de vida, mudar a vida, deixar o pastoreio nas faldas da serra e empregar-se na fábrica, mesmo que em Manteigas, ou, quem sabe, na Covilhã, surge para o protagonista como a única oportunidade de alguma vez levantar a cabeça, de fugir da mísera mesquinhez a preencher os dias.

O panorama de Horácio, chegado à sua terra:

«[...] Era uma rua estreitíssima, que cheirava a burros, a porcos e a fumo de ramos verdes. Dela partiam outras tortuosas vielas, que terminavam em pátios ou dobravam em cotovelos, cruzando-se, avançando para sombrios recantos, numa sugestão de labirinto. As casas, negregosas, velhentas, colavam-se umas às outras, com a parte inferior de granito escurecido pelo tempo e a parte cimeira com folhas de zinco enferrujadas a revestirem as paredes de taipa, mais baratas do que as de pedra. Este e aquele casebre exibiam apodrecidas varandas de madeira e outros, mais raros, umas escadas exteriores, coroadas por um patamarzito quadrado, logradouro do mulheredo nas horas do paleio com as vizinhas.»²⁰

O romance, o mais extenso de quantos Ferreira de Castro escreveu, é guarnecido, encorpado, preenchido pela exímia técnica de romancista, com a multiplicação de episódios, a atenção aos diversos aspectos da vida comunitária, a entrada sucessiva das personagens e os frescos paisagísticos que já eram apanágio da literatura de Ferreira de Castro, para quem conhecesse *Emigrantes* (1928), *A Selva* (1930), *Eternidade* (1933) ou *Terra Fria* (1934).

Ao longo da narrativa, existem vários picos de tensão, dos quais destacaria cinco: de um lado, o dramatismo do nascimento dum cabrito num dos rebanhos, com final trágico e o fogo posto na serra, de origem criminoso; do outro, a greve que culmina as movimentações operárias, os efeitos terríveis que desencadeia nas famílias dos trabalhadores e a casa como choque com a realidade e as desconformidades que ela origina – a casa, que é o *leitmotiv* da acção...; ao meio, como se se tratasse do pico mais alto deste maciço romanesco, a tempestade de neve –, o episódio literariamente mais marcante de todo o texto.

Deparamos, como disse, com diversas personagens secundárias, personagens interessantes – entre as quais destacaria Idalina, contraponto de conformismo em relação a Horácio, mas detentora de carácter; Júlia, a mãe de família em cuja casa Horácio, mero aprendiz, vai essencialmente dormir; Manuel da Bouça, o protagonista de *Emigrantes* que reaparece neste romance, envelhecido e derrotado. Mas, obviamente, a grande personagem é o velho Marreta, esperantista, vegetariano, com um currículo largo de subversão sindical, personificação da utopia anarquista – a voz de Ferreira de Castro no seu romance.

O *herói*, Horácio, é um homem comum que pretende ter uma vida melhor e mais feliz, e cuja personalidade Ferreira de Castro trabalha muito bem, por entre os anseios e contradições que vemos desenrolar-se na acção: o casamento adiado contra vontade de Idalina e dos pais; o empréstimo contraído pelos progenitores, que amarra Horácio durante algum tempo ao patrão, cujo rebanho guardava; a iniciação tardia como aprendiz, quando já tinha idade para ser operário; a distância forçada de Idalina, ele na Covilhã,

²⁰ Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*, Lisboa, Guimarães Editores, 1990¹⁵, p. 25.

ela em Manteigas, a desconfiança, o ciúme; o convívio inicial com colegas de fábrica, pouco convencidos da fibra operária e da consciência de classe do antigo pastor, reflectindo-se nas suas hesitações diante da luta comum; a aprendizagem para tecelão, feita fora das horas de trabalho, com sacrifício do descanso e da nova vida de recém-casado; a própria paternidade extemporânea, mais uma contrariedade para os seus planos; a consciencialização da classe a que pertence. Descontadas todas as diferenças, Horácio faz em *a Lã e a Neve*, as vezes de Alberto, em *A Selva*. É um característico herói da ficção do *novo realismo social* – tipificação que respigo de Margarida Losa: «[...] o homem que recusa adaptar-se à realidade que se lhe depara [...], escolhe[ndo] comprometer-se com uma realidade futura, uma realidade que ele, ou outros por si, esperam erigir sobre as ruínas da existente. [...]»²¹.

A recepção do romance, coeva e actual, seria (será) motivo para um outro texto. Refira-se, apenas, Orlando Ribeiro (1911-1917) e o seu *Portugal – O Mediterrâneo e o Atlântico*: não contando dum poema de Miguel Torga, que surge em epígrafe, Ferreira de Castro e o seu romance são a única referência literária em todo o texto, o que é expressão mais do que eloquente da espessura deste livro, que constitui – insistindo numa imagem orográfica... – um dos picos mais altos dessa cordilheira literária que é a obra de Ferreira de Castro.

Ferreira de Castro não se inscreveu apenas ele próprio na história da literatura e da cultura portuguesas enquanto escritor, pela inflexão que, em 1928, com *Emigrantes* provocou na ficção narrativa nacional; os seus livros são também, deliberadamente, testemunhos do seu tempo. Escrever a história de Portugal do século XX, neste caso no âmbito dos confrontos sociais e da configuração das mentalidades, obriga a que se passe por ele, como tem sucedido, desde que começou a fazer-se história social.

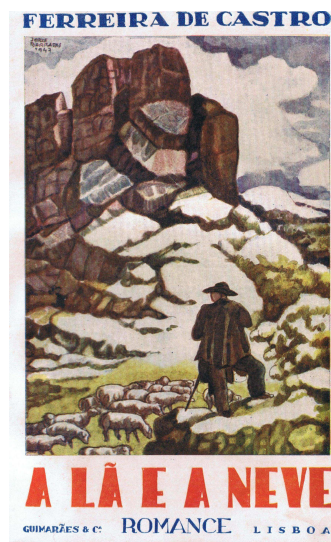


Figura 1 - 1ª edição



²¹ Margarida Losa, *Do Romance Realista ao Romance Proletário*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2014, pp. 181-182.